



5º Encontro Internacional de Política Social 12º Encontro Nacional de Política Social

Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"

Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo: Educação e Política Social.

A naturalização do *bullying* homofóbico em escolas públicas de ensino médio

Adriane Giugni da Silva¹

Resumo: O presente texto resulta de pesquisa que investiga o *bullying* homofóbico vivido por alunos LGBTs do ensino médio em escolas públicas de Belém. Busca-se responder se os alunos LGBTs dessas escolas são vítimas de *bullying* homofóbico e se tais práticas influem negativamente na aprendizagem destes, impactando na sua formação socioeducacional. Efetivou-se revisão de literatura, mediante pesquisa bibliográfica e documental, para fundamentar teórico-filosoficamente a pesquisa e auxiliar na análise. Como instrumentos técnicos, utilizam-se questionários e entrevistas, aplicados a docentes, discentes e outros, que cruzados permitem analisar e proceder às considerações do investigado. Os resultados parciais confirmam haver *bullying* homofóbico nas escolas, influenciando negativamente na formação dos LGBTs.

Palavras-chave: *Bullying* homofóbico. Diversidade sexual. Identidade de gênero. Exclusão escolar.

Abstract: This text is a research that investigates the homophobic bullying experienced by high school LGBT students in public schools in Belém. It seeks to answer if the LGBT students of these schools are victims of homophobic bullying and if such practices negatively influence their learning, impacting in their socio-educational formation. A literature review was carried out, through bibliographical and documentary research, to support the theoretical-philosophical research and to assist in the analysis. As technical instruments, questionnaires and interviews are used, applied to teachers, students and others, which cross-refer to the investigator's considerations. Partial results confirm homophobic bullying in schools, negatively influencing the formation of LGBTs.

Keywords: Homophobic bullying. Sexual diversity. Gender identity. School exclusion.

1 Introdução

O presente texto resulta de uma pesquisa que investiga o *bullying* homofóbico vivenciado por alunos de ensino médio em escolas públicas de Belém. Em decorrência de inúmeros estudos desenvolvidos em escolas públicas na RMB, observou-se que a prática de *bullying* homofóbico é corriqueira e naturalizada nas escolas públicas, tornando-se invisível aos olhos de gestores, professores e outros profissionais da educação, exceto por aqueles vitimados por essa prática.

Diante dessa realidade buscou-se pesquisar as práticas homofóbicas vivenciadas por

¹ Professora Adjunta da Universidade do Estado do Pará/Líder e Coordenadora do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, Educação e Inclusão Social (GPPEIS/UEPA). Pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferenças (LEPED/FE-Unicamp). E-mail: <agiugni@bol.com.br>.

estudantes homossexuais adolescentes (LGBTs) no decorrer de seus estudos de nível médio, em escolas públicas de Belém. A falta de políticas públicas sociais sobre orientação sexual e identidade gênero que subsidiem a formação educacional desses sujeitos sem discriminação, também se faz presente na educação, resultando na marginalização e consequente exclusão dos homossexuais (LGBTs) no meio educacional e social.

Representantes políticos da bancada religiosa no Brasil e pessoas homofóbicas, representados por grupos conservadores culturais e religiosos, são na atualidade os maiores críticos da educação escolar voltada à diversidade sexual e de gênero, pois além da aversão e ódio àqueles que divergem da sua sexualidade, defendem a ideia de que essa discussão deve ser realizada no seio familiar, embora a maioria das famílias não o faça.

Em consequência, seja pela ausência de formação educacional e/ou da orientação familiar, há no país (e mundialmente) grande quantitativo de grupos homofóbicos que se opõem à homossexualidade por questões culturais, sociais e/ou religiosas e à promoção educacional de respeito à diversidade sexual e de gênero, geradores de opiniões e promotores de violência física e moral contra as pessoas LGBTs.

A sociedade brasileira não pode ignorar os elevados índices de violência contra homossexuais, tampouco pode ignorar que são pessoas de direitos, previstos tanto pelos Direitos Humanos, quanto pela Constituição Federal de 1988, além de outros preceitos legais. Desconsiderar esses fatos e os direitos de todo sujeito social significa estimular e reforçar comportamentos discriminadores e preconceituosos, potencializando-os e corroborando com o aumento da violência e da prática de atos criminosos.

Segundo a UNESCO o *bullying* homofóbico constitui-se em uma prática que mais danos causam à formação educacional e social de crianças e adolescentes. Considerando-se essas questões, definiram-se as seguintes problematizações: Os estudantes homossexuais de escolas públicas do ensino médio de Belém são vítimas de *bullying* homofóbico? O *bullying* homofóbico influi negativamente na aprendizagem destes e impacta na sua formação socioeducacional? Assim, buscaram-se identificar as práticas discriminatórias vivenciadas pelos estudantes LGBTs nas escolas públicas examinadas, assim como a influência e o impacto destas na aprendizagem e na formação socioeducacional destes.

A fim de responder estas questões dividiu-se a pesquisa em fases. Na primeira, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental no intento de fundamentar teórica-filosoficamente a investigação e subsidiar a apropriação de conhecimentos teóricos aos alunos colaboradores. Partiu-se do levantamento a respeito da homossexualidade, desvelando-se que esta prática é historicamente evidenciada desde a Antiguidade. Na Grécia

antiga era considerada natural entre os homens. Com o passar do tempo, vários tabus foram instituídos acerca da homossexualidade e esta passou a ter uma conotação negativa, não sendo mais aceita pelas sociedades futuras.

Segundo Dias (2009) a homossexualidade sempre existiu desde os primórdios, mesmo após um longo período de perseguição, brutal restrição e ataques à prática homossexual, ainda quando essa conduta foi tipificada criminalmente em algumas sociedades, sempre esteve presente ao longo da história da humanidade. A autora assinala que foi repudiada até o terceiro quarto do tormentoso século XX, o qual foi testemunha de inúmeras mudanças sociais e redefinições de valores.

Ainda hoje, nesta segunda década do século XXI, grupos homossexuais são vítimas de preconceitos, discriminação social e violência urbana, não obstante o que dispõe a Constituição Federal de 1988:

Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela União indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana; (BRASIL, 1988, p. 8).

Cotidianamente, lésbicas, gays, bissexuais e transexuais vivenciam situações preconceituosas de exclusão social, negação de cidadania e da dignidade preservada à pessoa humana (CF/88) em diversos ambientes brasileiros, inclusive nas escolas. Estudar a questão da homofobia significa, portanto, reconhecer a existência dessa população e denunciar a violação a tais garantias constitucionais e a afronta à dignidade humana da comunidade LGBT, que apesar de serem sujeitos de direitos igualmente aos demais, tem-los suprimidos no cotidiano brasileiro.

No decorrer da atuação didático-pedagógica desta pesquisadora, percebeu-se nas escolas investigadas elevado índice homofóbico. Observou-se nessas escolas a presença de práticas violentas e de discriminação a homossexuais. Em uma escola pública estadual de Belém, em especial, com um contingente significativo de adolescentes LGBTs, observaram-se vários conflitos envolvendo adolescentes homossexuais, funcionários e educadores daquela instituição, os quais vivenciavam *bullying* homofóbico ascendente e descendente por meio de agressões verbais e físicas. Na ocasião, chamou atenção o fato da direção, gestores e outros profissionais não buscarem solucionar ou intervir nos problemas. Em contrapartida, perceberam-se grupos LGBTs que procuravam, de maneira peculiar, intervir nos problemas e, em concomitância buscavam aceitação pelo conjunto, apesar de permanecerem discriminados como os demais.

Em decorrência dessas experiências, buscou-se examinar as realidades presentes no interior de outras escolas no intuito de coletar informações concretas e posteriormente propor ações que auxiliem as escolas investigadas e demais interessadas a enfrentarem os problemas, com vistas a promoverem uma educação para a diversidade sexual e de gênero.

Entende-se que a prática homofóbica presente nas escolas caracteriza-se como uma privação imposta ao sujeito LGBT, negando-lhe os direitos presentes na Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, este estudo reveste-se de significativa importância, pois demonstrará que o *bullying* homofóbico é inconstitucional, motivo pelo qual essas práticas devem ser combatidas, tanto nas escolas quanto em qualquer outro lugar, público ou privado. Rios (2009) assinala que somente dessa forma, em uma perspectiva “inclusiva”, poder-se-á garantir igualdade de direitos entre os indivíduos, independente de sua orientação sexual ou de identidade de gênero.

A investigação desta questão é também relevante à medida que o preconceito no interior da escola provoca a evasão escolar dos LGBTs, desconsiderando-se o direito previsto nos ordenamentos jurídicos normativos legais brasileiros, os quais asseguram o direito de todos à educação, conforme prescrevem a CF/88, a LDB 9394/96, o PNE/2014, além de outros ordenamentos jurídicos e acordos internacionais que dispõem sobre os Direitos Humanos, o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Portanto, estudar o *bullying* homofóbico presente no interior da escola atende tanto aos Direitos Humanos quanto aos preceitos jurídicos normativos legais brasileiros, asseverando a todos os sujeitos os direitos à vida, à liberdade e à segurança. O estudo também tem como escopo identificar o processo de exclusão escolar vivenciado pelos LGBTs, a fim de se buscar intervir na realidade, a partir inicialmente da implementação local de cursos e oficinas que auxiliem na solução dos problemas relacionados à precarizada formação dos professores.

Tem-se ainda a pretensão, em um segundo momento, após os resultados destes estudos preliminares, na discussão coletiva sobre as políticas públicas, relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero, formadas com e pelos interlocutores envolvidos nesta pesquisa, no intuito de auxiliar e estimular o debate, assim como formar quadros qualificados para o enfrentamento do problema do *bullying* homofóbico, ainda tão presente nesta cidade, nesse terceiro milênio.

Vale ressaltar que este estudo não pretende propor soluções para a realidade tão

complexa do *bullying* homofóbico, historicamente presente na realidade brasileira, mas intenta-se contribuir na discussão a fim de oferecer elementos para o enfrentamento dos problemas cotidianos presentes na escola que colaborem na promoção de políticas públicas sociais direcionadas à melhoria de vida dos LGBTs nas escolas.

2 Desenvolvimento

A homossexualidade é evidenciada historicamente desde a Antiguidade. Na Grécia antiga essa prática era natural entre os homens, constituindo-se como ritual um para os povos, em que a relação homossexual representava um processo de transição da vida do jovem para a fase adulta. Com o passar do tempo, a partir do surgimento do cristianismo, os valores culturais foram mudando e a prática homossexual passou a ser condenada (SPENCER, 1999).

Segundo Spencer (1999) ao longo da história da humanidade, segundo as normas sexuais vigentes nas diversas culturas e épocas em que ocorreram, os aspectos individuais da homossexualidade foram admirados, tolerados ou condenados. Nas épocas em que foram admirados ou tolerados eram entendidos como uma maneira de melhorar a sociedade; quando condenados foram considerados como pecado ou algum tipo de doença, e em alguns casos eram proibidos por lei. Com o surgimento do cristianismo, vários tabus foram instituídos acerca da homossexualidade, apoiados em preconceitos religiosos, passando a ter uma conotação negativa, não sendo mais aceita pela sociedade.

De hábito cultural na Antiguidade, a condição homossexual virou pecado na Idade Média, crime na Moderna e patologia (com direito a tratamentos que incluíam choques elétricos e lobotomia) até pouco tempo atrás. As teorias científicas que classificaram a homossexualidade como doença despontaram na Europa no final do século XIX. Somente um século depois, em meados do século XX, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou o termo "homossexualismo" (sufixo que caracteriza condição patológica) do Manual de Diagnóstico e Estatística dos Distúrbios Mentais, que classificava o "homossexualismo" como desvio ou perversão patológica em saúde (STEARNS, 2010).

Apesar da supracitada ação, consequência da luta pelos direitos dos homossexuais empreendida pela população LGBT, o estatuto jurídico dos direitos e relações homossexuais ainda varia muito de país para país, permanecendo criminalizada em diversos.

Diversos pesquisadores, estudiosos do assunto no Brasil (FURLANI, 2009;

JUNQUEIRA, 2009; LOURO, 2009, 2014; RIOS, 2009; SILVA, 2010) tem discutido a questão da diversidade sexual, identidade de gênero, sexualidade, homofobia e outras temáticas relacionadas, tanto em documentos de políticas públicas brasileiras, quanto nos espaços escolares, nas produções científicas, nas universidades e em diversos espaços sociais, em uma perspectiva de não-discriminação, mas de cidadania, democratização de direitos sociais, de acesso e permanência nas escolas, de políticas públicas inclusivas.

Entretanto, a despeito de se estar na segunda década do século XXI, no Brasil o sujeito LGBT ainda é vítima de preconceito e atos de violência, e em muitos casos letais. Falar acerca do tema ainda é tabu na família, no círculo de amizades, nas instituições públicas e privadas; e na escola o preconceito aos LGBTs também está presente, provocando um processo de exclusão social destes sujeitos.

Em 2004, o Programa Brasil sem Homofobia, lançado com o objetivo de promover a cidadania e os direitos humanos da população LGBT, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação, revelou uma realidade de agressões, as quais envolvem humilhação, ofensa e extorsão.

Dias (2009; 2016) aborda a questão da falta de uma legislação que assegure os direitos das relações sociais que fogem aos padrões instituídos pela sociedade, em outras palavras, da dificuldade que os legisladores têm para punir as agressões aos homossexuais. Segundo Dias “[...] a omissão da lei dificulta o reconhecimento de direitos, principalmente frente a situações que se afastam de determinados padrões convencionais” (DIAS, 2009). Assinala, também, que “[...] é preciso resgatar os estragos que acabaram jogando para fora do âmbito da tutela jurídica significativa parcela da população” (DIAS, 2016), em especial a LGBT.

Apesar de se ter na atualidade o reconhecimento de alguns direitos civis, especialmente relacionados ao direito de família, a discussão acerca da diversidade sexual e identidade de gênero ainda representa um grande desafio aos professores, mormente aqueles que atuam nas escolas no ensino fundamental e médio, nos quais se fazem necessários esclarecimentos, orientações e formação a toda comunidade escolar sobre a temática no sentido de tornar a escola um ambiente de respeito às diferenças, no caso em tela aos estudantes LGBTs que não se conformam ou desafiam as normas heterossexuais hegemônicas.

A escola constitui-se em um espaço cuja responsabilidade é formar os sujeitos sociais para viverem em sociedade, coletivamente, convivência social que representa o

encontro de culturas diversas em seu interior, uma diversidade de sujeitos que congregam valores, concepções, princípios, traços étnicos, culturais, socioeconômicos e sexuais. A homossexualidade não é uma prática recente na sociedade, mas a sua discussão ancora-se sob a ótica da moral, a qual deve ser situada teórico-ideológica, filosófica e historicamente.

Para Dias:

[...] a orientação sexual não é uma aberração senão uma definição individual vinculada a apelos próprios, físicos ou emocionais. Há que se respeitar o sentimento de cada um, a busca de realização de cada pessoa, que deve encontrar espaço para integração ao grupo social a que pertence, sem discriminações (DIAS, 2009, p.74).

Na escola os LGBTs têm dificuldades para se inserirem nos grupos devido à discriminação, à homofobia, ao medo do convívio, uma vez que a orientação sexual e a identidade de gênero podem representar aos amigos a sua extensão. Este fato gera um sentimento de inadequação e rejeição (FERNADES, 2007, p.01). Deste modo, a escola atua a serviço da exclusão e discriminação dos sujeitos, rotulados como diferentes, inadequados, aberrações da natureza, pessoas acometidas de patogenias, entre outros rótulos. Isso tudo em uma sociedade que se denomina de democrática, porém, em contrassenso, promove cotidianamente, sem qualquer conflito ético ou moral, exclusões, marginalizações, discriminações, além de reproduzirem padrões autoritários e rígidos de convivência, aceitos como *normais* pela maioria heterossexual autoritária e discriminadora.

Para Fernandes (2007) a escola deve ser fonte de conhecimento e desmistificação de tabus e preconceitos infundados, a fim de que os diferentes, quaisquer que sejam, possam viver em um ambiente livre de preconceitos e que a convivência dos indivíduos esteja fundamentada nos princípios do respeito, da tolerância e da liberdade sociocultural.

Contudo, Eribon (2008) assinala que, a despeito da escola ser um local de socialização e ter por objetivo a promoção dos direitos humanos e da cidadania, ainda há no espaço escolar discursos e práticas homofóbicas, as quais os/as adolescentes que não se enquadram nos padrões heteronormativos são estigmatizados/as e vitimizados/as por piadinhas homofóbicas, chacotas, insultos, apelidos jocosos, agressões físicas e verbais que visam ao descrédito, sinalizando que ser diferente não é bom e por isso precisa ser punido, a começar pela injúria que produz na pessoa não-heteronormativizada, ocasionando um constrangimento que, não raramente, acompanha-a ao longo de sua vida.

Como enfatiza Louro (2009, 2014) o que prevalece no cotidiano e na organização escolar é a reiteração compulsória da heterossexualidade e a invisibilidade da população homossexual (LGBTs). Disso resulta a discriminação na escola, demandando atenção de

todos, visto que as dificuldades encontradas pelos adolescentes homossexuais (LGBTs) nesse ambiente interferem diretamente na sua vida e na sobrevivência.

A rejeição e exclusão nos espaços sociais, em especial na escola, locus de formação, faz com que esses adolescentes repensem sua orientação sexual, marginalizando-se, fingindo socialmente uma orientação heterossexual, agredindo-se psicologicamente numa tentativa de preservar sua identidade.

Diante dessa realidade não é possível fazer de conta que a população LGBT inexistente! É obrigação do Estado a implementação de políticas públicas sociais e educacionais que visem garantir na escola, a todos os alunos, sem qualquer discriminação, o gozo pleno aos direitos previstos constitucionalmente, em especial ao direito à educação em sua plenitude, assegurados por lei, sejam estes LGBTs ou não.

2.1 Metodologia

Para proceder a este estudo partiu-se de uma abordagem qualitativa, que segundo Severino consiste em “[...] um conjunto de metodologias, envolvendo, eventualmente, diversas referências epistemológicas” (SEVERINO, 2016, p 125). Para complementar o conjunto de metodologias elencadas, procederam-se pesquisa bibliográfica em diversos autores estudiosos do assunto, além do levantamento de informações contidas em dissertações, teses, livros, artigos, leis e demais produções científicas que auxiliaram a apropriação de conhecimentos e o aprofundamento teórico-filosófico e ideológico da temática pelos colaboradores voluntários envolvidos no processo desta pesquisa.

A pesquisa foi dividida em dois momentos: o primeiro, dedicado ao aprimoramento teórico, o qual a pesquisa se fundamentou, mediante a supracitada pesquisa bibliográfica, que para Lüdke e André (1986) é a habilidade fundamental promovida nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. A apropriação de massa crítica constitui-se como fundamental e necessária ao aprofundamento teórico sobre dado assunto ou problema, possibilitando análises e discussões sólidas, suscetíveis a posteriores discussões críticas sobre o fenômeno investigado. O segundo momento do estudo, remete-se a pesquisa de campo, que segundo Lüdke e André (1986) é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos a cerca de um problema para o qual se procura a uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Para realizar a pesquisa de campo elaboraram-se questionários, os quais foram aplicados aos interlocutores (gestores, professores e alunos) para a coleta de informações, que forneceram dados parciais para análises e comparações provenientes das observações diretas, das entrevistas realizadas e dos documentos coletados em algumas escolas. De acordo com Lüdke e André (1986) o questionário se constitui como um conjunto de perguntas que o informante responde, sem necessidade da presença do pesquisador. Por este motivo as perguntas devem ser claras e objetivas, buscando-se mediar à teoria e a prática efetivada.

A coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas foi realizada com alguns professores, determinados alunos e vice-diretores das escolas, os quais foram selecionados após a aplicação dos questionários. Para Lüdke e André (1986) a entrevista é um procedimento utilizado na investigação social que quando habilmente realizado favorece a obtenção de informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversa de natureza profissional. Vale ressaltar que as entrevistas constituíram-se como fundamentais, em razão das dificuldades encontradas no decorrer da investigação.

As dificuldades na coleta dos dados foram ocasionadas por condições adversas, tais como: resistência dos interlocutores em informar e responder os questionamentos; negação em ceder informações ou informar erroneamente propositadamente; desinteresse ou receio em informar a realidade; dificuldade no acesso aos interlocutores, provocada deliberadamente pelos gestores; entre outras.

Essas dificuldades no acesso às informações, quase sempre resultaram de inseguranças e receios em informar o real. Alguns professores e gestores demonstraram temor em responder o questionário. Segundo Martins (2009), essas reações também são ocasionadas em razão de o pesquisador ser visto com desconfiança, conforme assinala: “Na relação entre o ‘nós’ e os ‘outros’, o pesquisador é sempre um estranho, e todo estranho é sempre um inimigo”.

Outra dificuldade que surgiu na pesquisa para a obtenção dos dados, relaciona-se às barreiras burocráticas de acesso às instituições e aos interlocutores. Algumas instâncias da administração pública, responsáveis pela autorização da realização da pesquisa, ao tomarem conhecimento desta investigação, ao invés de negarem o acesso, dificultaram-no. Também houve no decorrer desta primeira etapa de coleta de dados incompatibilização de horários entre a pesquisadora e colaboradores e os/as gestores/as e professores/as, além de outros impeditivos, apesar do contato prévio e solicitação formal à realização da pesquisa

nas escolas selecionadas, assim como o autorizo para esse fim.

Como instituições públicas não podem impedir a realização de pesquisas, pois se trata de ambiente público, justificaram o impedimento de diversas formas, como, por exemplo: a ausência dos gestores, professores e alunos, a não seleção de uma turma para a aplicação dos questionários aos alunos, o desconhecimento da autorização da diretora para proceder à pesquisa, além de outras tantas justificativas impeditivas para se realizar a aplicação dos questionários aos interlocutores da investigação. Vale ressaltar o importante relato confidencial de alguns gestores/as sobre orientações superiores relacionadas à coleta de informações ou ainda à orientação aos interlocutores para “observarem com cuidado” as respostas que dariam nos questionários.

Todas essas adversidades vivenciadas no processo de investigação, além de atrasarem a pesquisa de campo, resultaram em prejuízos na obtenção de dados verídicos e fidedignos representativos do real, distorcendo e mascarando a realidade. Em uma análise preliminar dos dados pode-se detectar a distorção no percentual das respostas tabuladas dos questionários aplicados aos interlocutores, em que se observaram inúmeras contradições quando se efetivou o cruzamento das respostas dos dados coletados.

Todavia, em razão de se prever a ocorrência de tais barreiras provocadoras de desvios, conforme já relatado, elencaram-se também outras técnicas de coleta de dados e informações como a observação direta efetivada nas escolas e entrevistas, que cruzadas às tabulações dos questionários reduziram a margem de erros da presente etapa da investigação.

Ressalta-se também que se utilizou como ferramenta para a tabulação dos questionários já aplicados o software denominado PSPP, versão em português do SPSS. Isso permitiu gerar relatórios tabulados, normalmente utilizados na realização de análises descritivas e inferências a respeito de correlações entre variáveis. O uso desta ferramenta estatística favoreceu o cruzamento das variáveis consideradas importantes e isso também possibilitou visualizar as contradições.

A despeito desse procedimento, a coordenadora desta pesquisa, diante das barreiras citadas, decidiu finalizar esta etapa da investigação, relatada neste artigo. Reavaliou-se o processo da pesquisa de campo, a fim de identificar os percalços, com vistas a retomar a investigação, a ser efetivada nos próximos meses do ano em curso. Selecionar-se-ão alunos colaboradores para a aplicação dos instrumentos técnicos e novas amostras para confirmação ou correção dos dados já obtidos na presente etapa. Por óbvio, as estratégias

para esse fim serão outras, buscando-se driblar as barreiras encontradas no presente percurso, no intuito de reduzir ao máximo a margem de erros.

Após a coleta dos novos dados será realizada a transcrição e cruzamento dos instrumentos em questão, com vistas a proceder à análise dos mesmos. Pretende-se, assim, realizar a investigação em todos os bairros do Município, no intuito de apreender informações, com máxima acuidade e veracidade sobre a realidade educacional vivenciada pelos sujeitos LGBTs nas escolas públicas do município de Belém (PA).

2.2 Resultados e Discussão

A tabulação inicial sobre escolas investigadas, ainda em processo de execução, cruzada com algumas entrevistas já analisadas, permitem afirmar, apesar da ampla discussão nacional e internacional sobre a temática, que os interlocutores dispõem de precário conhecimento a respeito do *bullying* homofóbico, sejam os gestores, os professores ou os alunos.

Também ficou patente o desinteresse dos gestores e professores sobre a temática, justificados pelos mesmos em razão da desinformação e inexistência de discussão por ocasião da formação inicial destes. A esse respeito 64% dos professores responderam que a questão da diversidade sexual e de gênero não fez parte do conteúdo programático de sua formação inicial superior e também não lhes foram oferecidos qualquer curso de formação continuada.

Apesar disso, 88% dos professores responderam ser importante à discussão sobre o *bullying* homofóbico nas escolas e que gostariam de realizar cursos, caso fossem oferecidos. Quando inquiridos sobre a presença de alunos LGBTs nas escolas que atuam, 90% confirmou haver alunos LGBTs em suas salas, mas relataram desconhecimento a respeito de vivenciarem ou não o *bullying* homofóbico, pois não haviam observado.

Em relação ao termo homossexualidade, 68% dos gestores e professores responderam que ser “opção sexual” e 26% “orientação sexual”. Apesar de não se considerarem discriminadores, 60% respondeu ser contrário à adoção de crianças por casais LGBTs e 30% deles preferiram não opinar.

Ao serem questionados se trabalham a sexualidade como tema transversal em suas disciplinas, 78% respondeu que não faria isso, pois não saberia como abordar essa temática em suas aulas. Entretanto, 68% dos professores afirmaram que gostariam de aprender a discutir a temática da sexualidade, da diversidade sexual e de gênero.

Em uma entrevista, uma professora assim se posicionou:

Nas escolas que trabalho tem muita violência, sabe! Às vezes os meninos ofendem as meninas, falam palavrões e “xingam” os meninos que aparentam ser homossexuais. Quando fazem na sala aula mando me respeitarem e falo que vou mandar para a diretora, mas sei que isso não resolve. Gostaria de saber como resolver isso!

A declaração da professora denota sua preocupação com a questão do *bullying* homofóbico por ela presenciado na sala de aula, apesar não se dar conta disso, pois identificou as ocorrências como violência. Como ela, 65% dos professores declararam haver violência nas escolas que lecionam, porém 78% informaram não ter vivenciado ou presenciado qualquer conflito relacionado à sexualidade dos alunos.

Quando questionados sobre o trabalho com alunos LGBTs, 85% informaram que se sentem aptos a trabalhar com alunos homossexuais, entretanto 42% disse conhecer pouco sobre educação sexual e 40% respondeu não conhecer nada a respeito da temática.

Observaram-se, nas poucas questões examinadas, inúmeras contradições nas respostas. Em razão disso, interrompeu-se a etapa, como já citado. Entretanto, as contradições permitiram também compreender alguns conflitos vivenciados pelos professores no seu cotidiano profissional, em especial relacionados e justificados pela formação inicial precarizada, associados às inseguranças e incertezas sobre as escolhas da profissão: “baixos salários; muito trabalho; pouco tempo para estudar; desrespeito da sociedade; além dos atuais problemas a que estão expostos, decorrentes das agressões verbais e físicas desferidas pelos alunos de hoje”.

Em relação aos questionários aplicados aos alunos, quando perguntados sobre o conhecimento do termo homossexualidade, 68% responderam ser “opção sexual”, 18% disseram ser pecado e 8% “orientação sexual”.

No que respeita à discussão na escola sobre sexualidade, em especial sobre a homossexualidade, 80% dos alunos responderam não haver qualquer discussão na escola a esse respeito, apesar de terem informado, em todas as escolas, a presença elevada de alunos “gays” (denominação dos alunos), contudo, 64% disseram desconhecer se os alunos LGBTs sofrem *bullying* homofóbico na escola.

Entretanto, 58% afirmaram haver discussões sobre homofobia na escola, 42% responderam não haver qualquer discussão a esse respeito. Mais uma vez observam-se contradições nas respostas, vez que na questão acima 80% informaram não haver discussão sobre homossexualidade. Poder-se-ia especular se os alunos compreendem o conceito de *bullying* homofóbico, no entanto, foi-lhes questionado se o entendiam, e solicitado para responderem. 65% responderam compreender e explicaram e 35% disseram ter dúvidas.

Apesar das respostas conflituosas, as explicações revelaram a referida compreensão assinaladas.

As etapas seguintes da pesquisa e o cruzamento das informações, que ainda estão em processo de tabulação, acrescentarão mais informações nos dados presentes, corroborando para uma análise mais acurada da problemática. Espera-se dessa forma desvelar a realidade investigada a fim de responder os questionamentos que originaram a pesquisa, assim como se pretende, a despeito dos problemas ocasionados na coleta de dados, influir positiva e qualitativamente no processo educacional das escolas investigadas, contrapartida oferecida no início da pesquisa, caso haja interesses das escolas.

3 Considerações finais

Nestas considerações parciais, observou-se na presente etapa a presença do *bullying* homofóbico nas escolas investigadas, a despeito dos interlocutores tentarem escamotear e omitir seus preconceitos em relação às pessoas LGBTs. Entende-se, contudo, que a reflexão sobre a temática em questão é fundamental na atualidade, visto que a realidade presente nos confronta com a diversidade sexual e de gênero e, conseqüentemente com o *bullying* homofóbico presente nas salas de aula.

Observou-se, nesta etapa inicial da pesquisa, que os interlocutores (gestores, professores e alunos), apesar de a tentativa, já citada, em omitir seus preconceitos em relação à questão da orientação sexual e identidade de gênero, seus valores e opiniões encontram-se impregnados por uma cultura homofóbica e transfóbica, reproduzida socialmente e transmitida nas escolas por meio de orientação educacional que serve para naturalizar o *bullying* homofóbico. Trata-se de um discurso reprodutor de preconceitos e estereótipos e de reforço à heterossexualidade como padrão normal a ser seguido, resultando, por conseqüência, à exclusão daqueles/as que não se enquadram nesse padrão.

A análise dos dados coletados na presente etapa evidenciou que a quase totalidade dos gestores, assim como a maioria dos professores mascaram a ocorrência do *bullying* homofóbico, identificando-o como problemas relativos à violência. Disso resulta a quase invisibilidade do *bullying* homofóbico nas escolas, vez que os interlocutores dissimularam essa ocorrência. Isto é, nas respostas dos questionários os gestores e professores reconheceram que há casos de violência, ao invés de relatarem problemas relacionados à discriminação, marginalização e exclusão de pessoas LGBTs.

A invisibilidade a respeito da identidade de gênero e diversidade sexual na escola é

necessária à heteronormatização, pois autoriza a não discussão do assunto no espaço escolar e, ao mesmo tempo, normaliza e naturaliza o *bullying* homofóbico nas escolas. Nas escolas investigadas não há debates sobre gênero e diversidade sexual, nem cursos para professores a esse respeito, entretanto há permanentes problemas identificados como referentes à violência, os quais mascaram todo tipo de *bullying* homofóbico, apoiados em moralismos religiosos.

A omissão da comunidade acadêmica, gestores, professores, alunos e demais envolvidos no processo educacional e da própria sociedade a respeito da diversidade sexual e identidade de gênero, no que concerne ao *bullying* homofóbico, por motivos religiosos, moralismos ou conservadorismos, perdura nesta segunda década do século XXI, condenando à reclusão, marginalização e exclusão os diversos, os “diferentes”, os considerados “anormais”, os LGBTs e todos àqueles que se distinguem dos padrões hegemônicos heterossexuais, discriminados como “desviantes”, pois não seguem as regras heterossexuais prevalentes, estabelecidas nas normas sociais, regras morais e religiosas.

Estigmatizados, os estudantes LGBTs em processo de formação no interior das escolas mantêm-se quase sempre isolados do convívio coletivo, representado pela maioria heterossexual. Esses alunos padecem do que esta pesquisadora denomina de *exclusão integrativa marginal*, pois são excluídos e marginalizados a despeito de encontrarem-se matriculados e inseridos nas escolas. Nestes termos, a invisibilidade autoriza todo tipo de violência e perseguição, reforçando a discriminação e marginalização social e escolar vivenciada por esses sujeitos.

Observa-se ao coletivo socioeducacional que a discussão da matéria favorece a práxis, a dialética ação-reflexão-ação com vistas à orientação educacional nas escolas sobre a temática da diversidade sexual e identidade de gênero. Seja por preconceito, seja em razão da precarização da formação, as pessoas não podem ser discriminadas no gozo de seus direitos por conta de sua orientação sexual ou identidade de gênero, vez que “[...] o princípio da universalidade não admite exceção. Os direitos humanos são, verdadeiramente, direitos inatos de todos os seres humanos” (PILLAY, 2013, p. 11).

Diante dos dados revelados até o presente nesta pesquisa, esta pesquisadora apresenta aos interessados nesta investigação as seguintes questões: por que neste terceiro milênio, no qual se vivencia tantas crises (econômicas, políticas e sociais), tanta desigualdade social, violência e descaso aos direitos humanos, questões tão sérias e importantes que demandam mais atenção da sociedade, ainda há pessoas que privilegiam a heterossexualidade como

norma padrão de constituição dos laços familiares? Por que o amor entre pessoas de mesmo sexo biológico é tão hostilizado e punido? Por que a orientação sexual do outro, distinta da hegemônica heterossexual é motivo para marginalizações e exclusões das pessoas LGBTs? Por que os Direitos Humanos, constitucionais e civis das pessoas LGBTs são desrespeitados?

Para não concluir, espera-se que esta investigação responder às problematizações que instigaram esta pesquisa, assim como se deseja colaborar na discussão do *bullying* homofóbico vivenciado pelos sujeitos LGBTs nas escolas, considerando o espaço escolar como lócus nevrálgico privilegiado de formação do sujeito social, propício ao exame e ao enfrentamento do *bullying* homofóbico naturalizado nas escolas.

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília (DF): Senado Federal, 1998.
- DIAS, M. B. **União Homoafetiva**: o preconceito e a justiça. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- DIAS, M. B. **Manual de Direito das Famílias**. 11. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2016.
- ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- FERNANDES, J. F. **O adolescente homossexual na dinâmica escolar**. Campo Grande, MS: Gênero e Sexualidade, 2007.
- FURLANI, J. Direitos humanos, direitos sexuais e pedagogia *queer*: o que essas abordagens têm a dizer à Educação Sexual? In: JUNQUEIRA, R. **Diversidade sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas (Org.). Brasília (DF): MEC/SECAD/UNESCO, 2009. p. 293-323.
- JUNQUEIRA, R. **Diversidade sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas (Org.). Brasília (DF): MEC/SECAD/UNESCO, 2009.
- LOURO, G. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, R. **Diversidade sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas (Org.). Brasília: MEC/SECAD/UNESCO, 2009. p. 85-93.
- LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1996.
- MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.
- PILLAY, N. **Nascidos livres e iguais**. Brasília (DF): Nações Unidas, 2013.

RIOS, R. Homofobia na perspectiva dos Direitos Humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: JUNQUEIRA, R. (Org.). **Diversidade sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília (DF): MEC/SECAD/UNESCO, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, C. **A igualdade ainda vai chegar**: desafios para a construção da ‘cultura do respeito’ aos direitos de cidadania do segmento LGBTST em uma escola pública do município de São Paulo. 2010. Tese (Doutorado)–FEUSP, São Paulo, 2010.

SPENCER, Colin. **Homossexualidade**: uma história. Rio de Janeiro: Record, 1999.

STEARNS, P. N. **História da sexualidade**. São Paulo: Contexto, 2010.